

O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil¹

Secondary Education, work and young people

Ramon de Oliveira²

RESUMO

Apresenta-se os resultados de uma pesquisa que objetivou levantar a opinião dos jovens sobre a contribuição da escola para sua formação enquanto trabalhadores. Foram entrevistados 115 jovens matriculados no Ensino Médio, em 17 escolas na região metropolitana do Recife. Concluiu-se que a escola pública ao considerar que os jovens têm como horizonte a entrada no mercado de trabalho, promove a aprendizagem do mínimo necessário para uma inserção precoce e precarizada. Os jovens desejam de alguma forma, mudar a sua condição social, nesse sentido, articulam trabalho e escola como uma relação fecunda no sentido da mobilidade social. A vinculação estabelecida entre escola e trabalho trata-se de uma necessidade posta enquanto condição de sobrevivência e de uma melhor condição de vida.

Palavras-chave: Juventude. Mobilidade Social. Ensino Médio.

ABSTRACT

This study presents the results of a survey conducted with secondary education students from the public school network in the state of Pernambuco, the purpose of which was to obtain the opinion of young people on the contribution of schooling to their training as workers. 115 young day and night students from the 11th and 12th grades of secondary education were interviewed, including full-time schools. The 17 schools involved are located in the greater Recife region. Using literature geared to the discussion

DOI: 10.1590/0104-4060.52751

1 Financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Superior (CAPES).

2 Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação. Recife, Pernambuco, Brasil. Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n. Cidade Universitária. CEP: 50740-530. E-mail: ramono@elogica.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-2374-2627>

on youth as a reference, in addition to the relationship between the world of work, school and youth, we concluded that public schooling, considering that the aim of young people is to join the employment market, promotes the learning of the minimum required to enter this market in a premature and precarious manner. Young people wish to change their social status in some way or another, and as such regard work and school as fertile relationship in the sense of social mobility. The association young people establish between school and work does not arise from a solid analysis of how school can contribute to someone joining the employment market. This is a need which exists as a condition for survival and a desire to change one's life, not just one's own, but more often than not, that of the individual's parents and family members.

Keywords: Young People. Work. Secondary Education.

Introdução

Nos últimos anos intensificaram-se os debates sobre a importância do Ensino Médio para a formação da juventude. De uma forma geral, os debates visualizam a importância dessa etapa da educação básica como uma fase de transição para a entrada no mercado de trabalho ou apenas é tido como um momento de preparação para o Ensino Superior.

Em sendo visto apenas como uma transição para a vida futura dos jovens, pouco se avança no sentido de fazer do Ensino Médio um período de escolarização ou de vivência coletiva cuja razão de ser é a sua clientela: a juventude. Como destacou Dayrell (2007), a escola precisa entender que precisa modificar-se para atender ao conjunto diversificado e sempre renovado de interesses juvenis.

A escola tem de se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora, em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais. Parece-nos que os jovens alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem reconhecidos como jovens, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia. Demandam dos seus professores uma postura de escuta – que

se tornem seus interlocutores diante de suas crises, dúvidas e perplexidades geradas, ao trilharem os labirintos e encruzilhadas que constituem sua trajetória de vida. Enfim, parece-nos que demandam da escola recursos e instrumentos que os tornem capazes de conduzir a própria vida, em uma sociedade na qual a construção de si é fundamental para dominar seu destino. (DAYRELL, 2007, p. 1125-1116).

Permanecendo o descaso da escola em relação aos jovens (CARRANO; FALCÃO, 2011), mesmo melhorando as condições de funcionamento das escolas, os resultados em relação aos índices de aprendizagem continuarão insatisfatórios, pois, caso os jovens não concebam a escola com um espaço atento e sensível às suas singularidades, desejos e expectativas, tenderão a negá-la em vários aspectos. Para os jovens, a escola deve ser muito mais que apenas a preparação para a entrada no Ensino Superior ou a preparação para o mercado de trabalho.

Cada vez mais fica evidenciado o fato de a escola submeter-se a uma lógica de produtivismo e de estímulo à formação de sujeitos econômicos, não dando a mínima atenção ao presente desses jovens. Na prática, os jovens são vistos sob uma perspectiva de controle ou são tidos como potenciais sujeitos econômicos.

Diante desse quadro, mostra-se pertinente o desenvolvimento de investigações objetivando apreender o que os jovens pensam sobre a escola, sobre os sentidos atribuídos por eles à sua passagem pelo Ensino Médio. Afinal de contas, eles vivenciam as mais distintas histórias e pertencem às mais variadas redes de relações.

Nesse atual momento de incertezas a respeito das formas de adequação das escolas públicas à reforma do Ensino Médio, imposta pelo governo Temer, analisar as reflexões dos jovens sobre a sua escolarização e a importância desta na construção de seus projetos de vida é algo imprescindível. Precisamos dessa análise para qualificar nossos questionamentos com relação aos conteúdos dessa reforma, tanto por ter sido autoritariamente imposta, quanto por desconsiderar os resultados das investigações interessadas nos sentidos atribuídos pela juventude brasileira à sua escolarização. Diante desse contexto discutiremos os resultados de uma pesquisa que teve entre seus objetivos levantar a opinião dos jovens sobre a contribuição da escola para sua formação enquanto trabalhadores.

A pesquisa foi realizada em escolas públicas estaduais da Região Metropolitana do Recife, incluindo além da capital, os municípios de Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), realizada no ano de 2013, Pernambuco tinha uma população de aproximadamente

10,9 milhões de habitantes. Deste total, 5,5% estavam na faixa etária entre 15 e 17 anos. Ou seja, quase 600 mil jovens deveriam estar cursando o Ensino Médio (IBGE, 2014). A rede estadual, no ano de 2015, registrou um total de 314.222 estudantes no Ensino Médio (EM).

Foram entrevistados 115 jovens das segundas e terceiras séries do EM, dos turnos diurno, incluindo escolas de tempo integral e jovens do turno noturno. As 17 escolas pesquisadas estão assim distribuídas: sete em Recife, três em Olinda, quatro em Jaboatão dos Guararapes e três em Paulista.

Nas entrevistas foram aprofundados vários temas em relação ao EM, no entanto, nesta análise, destacaremos a relação que os jovens estabelecem entre a escola e o mercado de trabalho.

Juventude e trabalho

Com a “universalização” do processo de reestruturação produtiva, intensificou-se o debate sobre a necessidade de perfil de trabalhador para atender às mudanças vigentes no processo de produção de mercadorias. Aos poucos esses debates invadiram não só a agenda escolar, mas passaram também a ser estruturantes das políticas educacionais, bem como dos discursos empresariais sobre a necessidade de a escola reestruturar-se de forma a garantir um novo perfil da formação profissional.

O discurso defendendo políticas voltadas ao aumento da empregabilidade dos trabalhadores, bem como a importância da formação profissional e escolar desenvolver novas competências (RAMOS, 2001), instaurou-se como estruturante das políticas públicas de qualificação profissional.

No âmbito empresarial, estabeleceu-se a cobrança de políticas públicas voltadas à qualificação dos trabalhadores, tendo como justificativa o fato de que a má qualidade da formação adquirida no âmbito da educação básica tinha como consequência a necessidade de “uma nova escolarização” no interior das empresas, repercutindo diretamente no custo da produção e na diminuição da capacidade competitiva da indústria brasileira (OLIVEIRA, 2005).

O consenso da necessária reformulação do sistema educacional pouco a pouco foi se fortalecendo. Se por um lado reconhecia-se que os altos índices de reprovação e de abandono escolar eram exemplos da má qualidade do sistema público de ensino, os baixos níveis de aprendizagens apresentados pelos egressos desse sistema evidenciavam também a necessidade da escola ser repensada.

Repensando a qualidade da escola pública, é importante destacar, como nos alertou Ferretti (2008), que a desigualdade estabelecida na distribuição do conhecimento escolar não decorre de fatores relativos apenas ao interior da escola. Necessário se faz compreender que as diferenças de acesso ao conhecimento, seja pelo desigual acesso à escola, seja pela diferença da qualidade das instituições de ensino, estão relacionadas diretamente às relações de poder existentes na sociedade brasileira. De acordo com esse autor, em tempos nos quais a educação passa a ser vista como uma mercadoria, ela é disponibilizada de forma diferenciada e tem sua qualidade de acordo com a clientela.

Se os anos subsequentes à chamada reestruturação produtiva tornavam clara uma inquietação em relação à qualidade da escola e sua capacidade de promover a formação de acordo com interesses do mercado de trabalho, aos poucos tornava-se evidente que a relação linear entre escola e trabalho não tinha sustentação. Como destacou Gentili (1999), a incapacidade de dar conta do alto índice de desemprego, particularmente o desemprego juvenil, impôs aos governantes desencadear estratégias visando resgatar a possibilidade da integração ao mercado de trabalho via ações de escolarização, haja vista a realidade evidenciar o fim da promessa integradora que tinha a escola até o início da crise de emprego e “fim” da produção de caráter fordista.

A saída encontrada para o desemprego juvenil foi a implementação de políticas públicas visando à formação profissional dos jovens (CARRANO; SPOSITO, 2003). Nesse sentido, as últimas duas décadas são marcadas pelo desencadeamento de programas voltados à qualificação profissional da juventude. Destacando-se no governo FHC, o Planfor³, no governo Lula, o PNQ e no Governo Dilma, o PRONATEC⁴.

Como destacaram Leão e Nonato (2016), os jovens desses programas apresentam um perfil que determina a pouca possibilidade de projetarem uma inserção profissional que não seja em ocupações precarizadas.

Em sua grande maioria, são jovens das camadas populares, negros, em condições precárias de trabalho ou desempregados, e com uma socialidade restrita em relação a outros estratos da população. São jovens marcados por percursos escolares acidentados e com trajetórias escolares

3 O Planfor (Plano Nacional de Formação Profissional) iniciado em 1995 pelo Ministério do Trabalho teve como meta qualificar cerca de 15 milhões de trabalhadores anualmente. Em 2003, no governo Lula foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

4 Criado em 2011, expandiu a oferta de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial. Ampliou a oferta da educação profissional na rede federal de educação tecnológica e estabeleceu convênios do governo federal com a iniciativa privada (PEREIRA, 2015).

familiares de insucesso, com pais geralmente exercendo atividades manuais. Isso indica o peso das posições sociais na configuração das trajetórias juvenis que, se não determinam os destinos pessoais, apresentam-se como condicionantes importantes nos percursos de cada um. Ou seja, as desigualdades sociais têm um papel central nas trajetórias de vida de uma grande parcela da juventude latino-americana, com impactos sobre suas experiências atuais e suas expectativas em relação ao futuro. (LEÃO; NONATO, 2016, p. 846).

Na tríade educação-juventude-trabalho, entendemos, em acordo com Frigotto (2008, p. 530), “que, para o tipo de opção econômica e natureza de empregos que a economia brasileira oferece, é falso o discurso corrente de empresários e seus intelectuais, [...] da necessidade do ponto de vista econômico da universalização da escola básica, especialmente média, de qualidade técnico-científica”. Em outras palavras, contrariamente aos reclamos do empresariado, a educação básica de baixa qualidade é constituinte e reforçadora do modelo de acumulação do capital, vivenciado na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2015).

A interpretação das elites brasileiras da modificação do quadro social, marcadamente o desemprego juvenil, ser alcançadas com a instauração de ações públicas de qualificação profissional, não se deu em descompasso com o entendimento de não caber apenas ao Estado a responsabilidade do enfrentamento dessa questão. Estruturando-se na lógica da eficiência e de produtividade o Estado brasileiro desencadeou um processo de canalização de recursos públicos à iniciativa privada que muito pouco ajudou a reverter crise de emprego, mas asseverou a privatização da educação profissional.

Em função da falta de um projeto de desenvolvimento alternativo, que incluía reformas estruturais, da tradição de não construir políticas de Estado, mas de governo, da política de alianças cada vez mais conservadora e, por outra parte, do esfacelamento dos movimentos e forças da esquerda, a correlação de forças, dentro do aparelho do Estado e na sociedade civil, pende cada vez mais para os processos de privatização mascarados por parcerias e pelas nomenclaturas que dissimulam este processo – organizações sociais públicas de direito privado. (FRIGOTTO, 2008, p. 526).

Se no âmbito do Ensino Médio ainda temos muito a caminhar no sentido de construir uma escola de qualidade, democrática e comprometida com os interesses dos educandos, não podemos deixar de reconhecer que os debates

produzidos em torno da integração do ensino EM com a educação profissional foram importantes para elaboração da crítica modelos de formação profissional extremamente empobrecidos e incapazes de proporcionar uma formação aos educandos submissa aos interesses de reprodução do capital. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Não queremos dizer que no âmbito da sociedade capitalista, possamos edificar práticas formativas que não estejam de alguma forma influenciadas pela lógica do capital, mas entendemos ser possível formular ações pedagógicas e materializar ações de formação profissional direcionadas para desenvolver sujeitos ativos na sua relação com o mundo. Como destacaram Bernardim e Silva (2016):

A Educação Profissional pode, portanto, ser tanto funcional ao sistema produtivo como abrir aos estudantes novos horizontes de vida e trabalho quando amplia a compreensão da realidade sócio-histórica. Isso vai depender das condições em que esse trabalho é realizado e de um conjunto de fatores associados ao ato formativo, como a aderência dos estudantes à proposta de inserção social subordinada à lógica da sociedade capitalista ou, por outro lado, o vislumbre do caráter revolucionário e da possibilidade de individuação do sujeito social na construção de uma nova organização coletiva, mais humana e justa. (BERNARDIM, SILVA, 2016, p. 230).

No nosso entender, é necessário analisar a relação entre juventude, escola e trabalho, tendo como referência as singularidades dos sujeitos juvenis, de forma a melhor analisar as contribuições da escola para os jovens enfrentarem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, este texto volta-se agora para a análise dos depoimentos colhidos com jovens matriculados no EM, visando melhor compreender quais as relações que eles estabelecem entre a sua escolarização e inserção no mercado de trabalho, bem como apreender quais as articulações que eles fazem entre a passagem pela vida escolar e a constituição de uma mobilidade social via conquista de um posto de trabalho.

O que dizem os jovens da relação escola e trabalho?

Na pesquisa realizada são expressivos os depoimentos evidenciando o distanciamento da escola do cotidiano das vidas de seus estudantes, o que tornaria

pertinente questionar qual sentido esses jovens podem atribuir à escolarização para além da conquista da certificação, a qual lhes possibilite ingressar no mercado de trabalho ou mesmo ingressar no Ensino Superior. Quando indagados sobre a relação entre a escola e o cotidiano de suas vidas, os jovens apresentam respostas evidenciando o distanciamento.

Então, a escola é o meu lugar de espairer né, eu estudo, eu aprendo coisas novas, eu copio muito, porque o professor gosta de escrever, mas ela não tem muito haver com meu dia a dia não, meu dia a dia é vender mesmo, passar troco e tal, tá ligado? (Jovem do 3º ano – noturno).

Quase nenhum, se não fosse as vivências que eu tenho fora dela, ela não ajuda tanto é só mais contatos em relação até mesmo com amigos que eu trato, que eu tenho ao logo do colégio, mas as vivências que eu tenho são bem mais fortes do que essa convivência do colégio assim (Jovem do 3º ano – noturno).

Não tenho como explicar... Eu não sei pra mim é uma coisa muito fechada assim a escola eu tenho um tempo só para mim dedicar aquilo. Não tem como eu relacionar as minhas coisas de casa, ou até do ballet, curso eu fecho ali e pronto. E como se fossem dois mundos a escola e fora dela (Jovem do 2º ano – diurno).

Nos restringindo aos depoimentos colocados acima, somos induzidos a fazer uma análise legitimando o discurso corrente da crise da escola e da sua falta de sentido para os estudantes. Talvez resumíssemos nossas conclusões a pensar que o faz sentido para os jovens irem à escola sejam basicamente as amizades, o estar com alguns professores queridos ou coisas que pouco dizem respeito ao conteúdo por ela veiculado. Talvez nos contentássemos com a afirmação de Dayrell (2007), estruturada também com base em investigações, sobre o sentido da escola para as juventudes.

[...] Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe. (DAYRELL, 2007, p. 1106).

No entanto, as pesquisas evidenciam, inclusive a nossa, não haver nenhuma unanimidade em relação ao significado da escolarização para a juventude. Encontramos também depoimentos de estudantes, ainda que muitas vezes se mostrem insatisfeitos com a qualidade da escola e dos conteúdos que nela são trabalhados, ressaltando o quanto os conteúdos aprendidos na escola, de alguma forma, têm significado para suas vidas e fazem uso deles o em sua vida cotidiana.

Sim, alguns exercícios físicos da aula de Educação Física, algumas coisas de Química que eu levo para casa para aprender a como fazer, Matemática que está na nossa vida toda, Português principalmente (Jovem do 2º ano – diurno).

Bastante, muita coisa que eu pratico no trabalho, eu sei de muita coisa por causa do colégio (Jovem do 2º ano – diurno).

Sim, todo conhecimento que eu adquiro na escola, eu boto em prática em casa em todo lugar (Jovem do 3º ano – noturno).

Embora os jovens questionem a pertinência da escola para com as suas vidas no momento presente, evidenciam ser a escola um espaço importante para seu futuro. Entendem a passagem pela escolarização como fundamental para aquisição de conhecimentos que os ajudem a conquistar um emprego e garantir alguma mobilidade social.

Nesse sentido, a aspiração e a promessa de um futuro melhor atenuam as insatisfações em relação à escola.

De maneira geral, podemos afirmar que o universo escolar configura-se para muitos jovens por uma ambiguidade caracterizada pela valorização do estudo como promessa futura, uma forma de garantir um mínimo de credencial para pleitear um lugar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se supre uma possível falta de sentido que encontra no presente. (DAYRELL, 2007, p. 9).

Embora tida como referência fundamental para uma possível inserção no mercado de trabalho, a escolarização de Ensino Médio tem sido para muitos jovens realizada em condições extremamente adversas: basta pensarmos que cerca de 44% dos jovens cursistas do EM em escolas públicas estão matriculados

no ensino noturno. Logo, para esses indivíduos, a escola não se estabelece como um passaporte para uma inserção no mercado de trabalho. O trabalho já existe e ele é posto em primeiro plano em relação à escolarização. Afinal, vivenciar a condição juvenil, seja na condição de filho, cônjuge ou mesmo ajudar a família, significa encontrar um trabalho que lhes assegure algum rendimento. E isso ficou muito evidenciado quando perguntamos a alunos que estão trabalhando, o motivo de estudarem no curso noturno.

Pra procurar dar uma vida melhor para o meu filho, uma vida que eu não tive (Jovem do 3º ano – noturno).

Por que eu preciso para ajudar o meu marido em casa e pra comprar as coisas pro meu filho (Jovem do 3º ano – noturno).

Por que eu preciso né. Minha família não tem condições de eu só estudar aí eu tenho que ajudar no sustento lá de casa (Jovem do 3º ano – noturno).

Em um cenário de crise de empregos e da grande oferta de mão de obra, almejar arranjar um trabalho não significa ter um emprego com carteira assinada, direitos trabalhistas e benefícios sociais. Representa, antes de tudo, a possibilidade de ter uma renda que viabilize o mínimo necessário à sobrevivência. Como destacou Marileia Silva, ao sair à procura de uma ocupação, o jovem busca alguma coisa para lhe assegurar uma certa autonomia em relação à família ou assegurar o acesso a bens que são próprios de sua faixa etária.

O trabalho para os estudantes, segundo Cardoso e Sampaio, não está necessariamente vinculado à noção de carteira assinada e salário fixo. Trata-se muitas vezes de serviços prestados que lhes rendem alguma remuneração, mas que assumem uma dimensão fundamental na vida dos jovens tanto no sentido de permitir uma certa autonomia financeira em relação à sua família, quanto pela possibilidade de fazer parte de um estilo de vida jovem representado pelo acesso a bens de consumo próprios de sua faixa etária. (SILVA, 2004, p. 409).

Para alguns jovens continuar estudando significa alimentar a expectativa de conseguir um emprego melhor, muitas vezes, sair da precarização funcional que estão vivendo.

É necessário pra ter um emprego de carteira assinada pelo menos, no nível que eu queira de trabalho mesmo, embora a escola não seja tão necessária, mas, já que é exigido, enfim tem que concluir (Jovem do 2º ano – noturno).

Eu quero sair de negócio de vender coxinha, né? Eu quero fazer uma faculdade, eu quero estudar, quero ser alguém na vida, eu quero crescer e pra isso eu sei que eu preciso da escola, é um saco, mas eu preciso da escola (Jovem do 3º ano – noturno).

Segundo esses depoimentos, para um considerável grupo de jovens, trabalhar não é um desejo a se concretizar pós-conclusão da educação básica ou do Ensino Superior. Para muitos, não existe qualquer tipo de moratória social. Como nos alertou Dayrell (2007) conseguir um emprego, ter uma atividade remunerada é condição de sobrevivência. Assim, o determinante vira determinado. Não é a escola o determinante da qualidade de emprego ou da forma de inserção laboral. A entrada precoce no mercado de trabalho determina o tipo, a qualidade e o tempo da escolarização juvenil, repercutindo diretamente nas aspirações de ter um emprego mais nobre.

Embora seja discurso corrente que o desejado pelos jovens é a entrada imediata no mercado de trabalho, pensamento que inclusive baliza a reforma do EM recentemente implementada, é importante destacar o fato de que muitos jovens concebem a entrada precoce no mercado de trabalho como um obstáculo à conquista de um trabalho de melhor qualidade. Para eles, estudar e trabalhar se estabelece como uma imposição e não como escolha. Para esses jovens, caso fosse possível prolongar seu processo de escolarização, os resultados referentes ao futuro profissional seriam bem melhores.

Eu (queria) só estudar. Por que você com mais tempo para estudar você com certeza vai arrumar um trabalho melhor com salário bem melhor, e se for o último caso mesmo, no caso que ter mesmo você tem estudar primeiro para você se manter, mais se fosse o caso de não se preocupar com o trabalho e se fosse só opção sua, estudava pra poder futuramente trabalhar e ser remunerado (Jovem do 3º ano – noturno).

(Só) estudar. Porque eu estudando vou arrumar um trabalho melhor futuramente, vou ter uma carreira melhor. E só trabalhando sem estudo, eu vou estar na mesma, né. Não vou ter um trabalho melhor (Jovem do 3º ano – noturno).

A pesquisa evidenciou que o desejo de trabalhar não se configura apenas como possibilitador do atendimento de interesses particulares ou consumistas dos jovens. O desejo de trabalhar está muito relacionado à intenção de assegurar uma vida melhor para seus pais. A permanência na escola com o intuito de alcançar uma certificação configura-se com uma possibilidade de retribuição aos pais. De prover conquistas que eles não foram capazes de alcançar em virtude de, desde muito cedo, terem abandonado a escolarização para trabalhar. Muitos jovens querem fugir da história que seus pais vivenciaram de uma inserção funcional precarizada, a qual terminou por não proporcionar a realização de seus sonhos. E isso é explicitado quando eles são estimulados a relacionarem a escola com seus projetos de vida.

Procurando um futuro melhor, e ser o que eles não conseguiram... Cursar uma faculdade, ser alguém melhor do que eles, não diminuindo eles, mais formado em alguma coisa (Jovem do 3º ano – noturno).

Quero ter um trabalho melhor que eles. Quero proporcionar uma vida melhor pra eles, também pra mim também e estudar para ser alguém na vida também (Jovem do 3º ano – noturno).

Um futuro melhor assim. Porque minha mãe não teve muito estudo, hoje em dia ela é babá. Eu quero assim, eu quero o melhor, eu quero fazer o que ela não pode fazer pra ela (Jovem do 3º ano – noturno).

Para os jovens pesquisados, ter a certificação de Ensino Médio é o mínimo que eles devem dispor para aspirar qualquer emprego.

Fundamental, porque hoje em dia você não consegue um trabalho se você não tiver Ensino Médio (Jovem do 2º ano – noturno).

Tudo, porque hoje até para você ser gari você tem que ter segundo grau completo. Quanto mais estudo, mais cursos você tiver para se viver bem. Hoje é isso que precisa (Jovem do 3º ano – noturno).

Toda né, o mercado cobra que você tenha seu Ensino Médio completo, até se você queira trabalhar na Contax, todo mundo faz a Contax não

sei o que, mas até pra isso você tem que ter seu Ensino Médio. Se quiser ser jovem aprendiz você tem que ter seu ensino médio completo. É meio salário, mas o mercado exige e a gente tem que ter mesmo. Tem que terminar os estudos pra poder trabalhar com outras coisas (Jovem do 3º ano – noturno).

Mesmo que, para muitos deles, a passagem pelo Ensino Médio seja um ritual obrigatório para alcançar o nível superior, tem-se pouca certeza se isso vai se efetivar. Nesse caso, em meio a uma realidade incerta e de pouca crença da possibilidade de chegar ao Ensino Superior, satisfeitos ou não com a escola que frequentam, concluir a educação básica é mais que uma conquista, representa a possibilidade de almejar a concretização de um futuro melhor.

Como destacou Silva (2010):

Permanecer na escola parece significar aos jovens uma estratégia para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho, seja por acreditarem que estão se capacitando para o atendimento às demandas do setor produtivo, seja por estarem interessados na aquisição de um diploma que os coloque num patamar diferenciado em relação a uma relevante parcela que não consegue, sequer, obter a escolaridade mínima. (SILVA, 2010, p. 248).

Embora seja quase unanimidade entre os jovens entrevistados a articulação entre escolarização conseguir um emprego, ter mobilidade social, ter um futuro melhor, etc., opiniões que expressivamente estabelecem uma relação positiva entre escola e um futuro melhor, encontramos também aqueles céticos ou mais amadurecidos no sentido de vincular a importância da escola na conquista de um emprego. Eles não deixam de considerar importante uma boa formação ou a importância da certificação. Entendem que a formação recebida na escola tem limites claros no sentido de lhes preparar para ter um emprego.

Pelo que eu fosse aprender na escola não via muita coisa de grande no meu futuro não. O jeito é correr atrás por fora de um curso e se especializar em uma área para ter um bom futuro (Jovem do 2º ano – diurno).

Acho que muitas coisas vão ajudar, mas falta muita coisa. Falta porque nem tudo que você aprende na escola quando chegar lá na frente você

vai gravar, decorar, você vai saber. Você sempre precisa de estudo, você sempre precisa está estudando (J17D/3º) (Jovem do 3º ano – diurno).

Os depoimentos evidenciam que para alguns jovens a possibilidade de conquistar um emprego, ou melhor, a necessidade quase imediata de arranjar um emprego impõe como estratégia buscar nos cursos de qualificação profissional uma alternativa formativa para assegurar uma certificação, não pondo muito em questão a qualidade da formação recebida nesses cursos. A procura dos cursos ofertados no âmbito do PRONATEC expressa bem essa busca por uma certificação.

De acordo com os dados do Ministério da Educação (SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), registrados por Pereira (2016), os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), os quais representam mais de 72% dos cursos ofertados pelo PRONATEC, apenas 6,5% exigiam a conclusão do Ensino Médio e não à toa entre os cursos ofertados, cerca de 90,6% tinham sua carga horária entre 160 e 240 horas de aulas. Dados que no nosso entender expressam a lógica da precarização que articula a educação básica no Brasil e as políticas públicas de qualificação profissional. Tal realidade fez com que Oliveira (2015) elaborasse a seguinte afirmação:

[...] os programas voltados à qualificação de jovens não conseguem confrontar-se com a precária formação ministrada no âmbito da Educação Básica. Ao pautar-se pelo objetivo de promover uma pseudoformação profissional, de certa forma reconhecem a impossibilidade de aprofundamento dessa qualificação, em virtude de os educandos não disporem de conhecimentos básicos necessários para tal formação ter maior complexidade. Por outro lado, tal como vem instituindo-se na Educação Básica, a ênfase em garantir a certificação em detrimento de assegurar uma formação de melhor qualidade tem sido uma das características das ações de qualificação profissional. (OLIVEIRA, 2015, p. 258).

Tem sido alvo de atenção na literatura que discute a juventude a relação entre a escola e a construção dos projetos de vida dos jovens (ALVES; DAYRELL, 2015; LEÃO; NONATO, 2012). Constatamos nesta investigação o fato de os projetos de vida articularem-se, predominantemente, à conquista de um emprego. A escola secundariza-se enquanto um espaço de formação da identidade desses sujeitos no referente aos conteúdos e práticas que ela desen-

volve ou pode desenvolver. Ou seja, a escola, ao proporcionar poucas situações para além da socialização dos conteúdos curriculares, termina por não despertar outros interesses diferentes da conquista de um emprego. Nas vinculações que os jovens fazem entre a escola e o seu futuro, evidencia-se o quanto o que é aprendido ou vivenciado na escola não se articula com outra coisa que não seja conseguir um emprego ou como usar esses conhecimentos em função dos interesses do mercado de trabalho.

Acho que é em questão de terminar uma fase e ficar pronto para trabalhar, ficar disponível. O mercado ele exige que a gente termine os estudos, então acho que é concluir isso para ir atrás de emprego (Jovem do 3º ano – noturno).

A escola é o ponto-chave pra qualquer pessoa, porque da escola que vai ser preciso, vamos dizer pra vida adulta, pra vida, pro mercado de trabalho, é ela que vai começar a abrir as portas pra mostrar o caminho que você quer seguir (Jovem do 3º ano – diurno).

Sempre buscar aprender mais, a fim de no futuro utilizar o que eu aprendo hoje na escola na prática, porque nós vivemos uma teoria na sala de aula, mas no mercado de trabalho é a prática, conseguir levar isso para prática no mercado de trabalho futuramente (Jovem do 3º ano – diurno).

No nosso entendimento, a não existência de atividades culturais e científicas, bem como a inexistência de práticas de pesquisa no interior da escola, inibem o despertar dos estudantes para a construção de projetos de vida para além da mera conquista de um emprego.

Esse vazio da escola em relação ao proporcionamento de um currículo que contemple prática e experiências para além da aprendizagem dos conteúdos tradicionais estrutura-se com base em uma visão extremamente conservadora no que diz respeito à formação dos educandos. Por outro lado, reproduz uma visão meritocrática e individualista que articula o sucesso ou fracasso às práticas e capacidades individuais, deixando de reconhecer os determinantes sociais que interferem diretamente na construção e concretização dos projetos de vida.

Sendo assim, quando falamos da juventude e seus projetos de vida, ponderar os elementos das condições estruturais e conjunturais que compõem

o campo de possibilidades e as condições subjetivas que estão postas na dimensão individual é fundamental para não cairmos na tentação de assumir, por um lado, o discurso neoliberal que responsabiliza única e exclusivamente o sujeito pelo seu destino, levantando bandeiras do tipo “basta querer que você vai conseguir”. (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 380).

Nessa perspectiva da escola com espaço de “socialização juvenil subordinada” presencia-se a ideia do aluno como algo a ser moldado, a ser trabalhado e formatado em padrões esperados pela sociedade. No entanto esses padrões não se coadunam com os papéis que a juventude espera dos considerados principais espaços de socialização: escola e família.

Os conteúdos circulados nas redes sociais despertam nos jovens desejos e práticas de caráter instável, bem como uma incessante procura pelo que os tornem também cidadãos do mundo. Nesse sentido, a escola ao deixar de aproveitar essa curiosidade e inquietação juvenil anula-se enquanto instituição proporcionadora de descobertas e de influenciadora na construção dos projetos de vida juvenil.

Na verdade, as escolas públicas, em sua maioria são pouco atraentes, não estimulam a imaginação criadora e oferecem pouco espaço para novas experiências, sociabilidades, solidariedades, debates públicos, atividades culturais e informativas ou passeios que ampliem os territórios de conhecimento. Nesse caso, além de todos os fatores exógenos (necessidade de buscar trabalho, insegurança nos territórios de moradia, maternidade e paternidade ainda na adolescência, etc.) que vão atraindo os jovens para fora da escola. Ressalvando-se as honrosas exceções, o estar na escola não tem sido uma experiência feliz para muitos jovens. (CARRANO; FALCÃO, 2011, p. 1680).

Considerar que os estudantes das escolas públicas têm como horizonte apenas a entrada no mercado de trabalho, limita a escola ao repasse daquilo que pode ser considerado o mínimo necessário a uma inserção precoce e precarizada. A recente reforma do EM imposta pelo governo Temer através de uma Medida Provisória, estrutura-se nessa visão. Ao estabelecer enquanto um dos itinerários formativos a formação profissional, legitima-se um processo de desigualdade social que impõe a milhões de jovens brasileiros a finalização da educação básica como sendo o ideal a ser conquistado para inserir-se no mercado de trabalho, secundarizando a importância ou o desejo desses jovens de ingressarem no Ensino Superior.

Não é verdade, como afirmam os defensores da reforma, que o novo currículo se adéqua aos perfis e desejos dos alunos. Muito menos aceitáveis são posicionamentos como da Sra. Priscila Cruz (Todos pela Educação) de que esta reforma atende à vocação e aos interesses de cada grupo de alunos. É absurdo se pensar que é vocação dos jovens das escolas públicas inserirem-se precocemente no mercado de trabalho e terem que abandonar a escolarização ou terem que conjugar, a duras penas, a escola e o trabalho. Será que os mais de 44% dos jovens que estão cursando o EM no curso noturno optaram por esse horário de estudo por entenderam que sua vocação primeira era um trabalho precarizado? Será que os mais de 23% dos jovens entre 15 e 17 anos que já estão trabalhando (IBGE, 2015), encontram-se nessa situação por considerarem que têm a vocação para o trabalho precoce? Será que os 38,7% dos jovens entre 14 e 17 anos que estão desempregados (IBGE, 2016) têm como interesse ou vocação arranjar um emprego e abandonar a escola?

Não podemos esquecer que os jovens das escolas públicas constroem seus projetos de vida valendo-se de uma materialidade que, embora não limite a projeção de futuro à garantia da sobrevivência ou à mínima ascensão social, pouco contribui para edificar um futuro bem diferente da condição de pobreza que muitos deles vivenciam. Nesse sentido, embora a escola não possa proporcionar todas as experiências importantes e necessárias à constituição desse ser social, deve ter o compromisso de assegurar o mínimo de vivências que fortaleçam as práticas juvenis, visando à realização de projetos de vida para além da mínima reprodução da própria existência. Como nos alertam Pereira e Lopes (2016), referenciadas em Dante Henrique Moura:

[...] não se trata mais de manter a escola como um local apenas do conhecimento, isto é, no domínio dos conteúdos, mas de idealizar e oferecer uma escola que valorizará formas de organização nas quais prevaleçam a integração social, a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro, a solidariedade entre as pessoas e sua formação, além de um ensino que possibilite a todos se apropriarem dos conhecimentos produzidos ao longo da história, de modo que cada indivíduo em particular possa objetivar-se enquanto um ser humano pleno, histórico e social. (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 210).

Como destacaram Alves e Dayrell (2015), os projetos de vida se constituem com base na biografia e nas possibilidades de cada indivíduo. Destacamos esses autores por entendermos que a escola é também constituidora da biografia de

seus jovens/estudantes e de alguma forma também influencia nas suas subjetividades. São as possibilidades que os jovens encontram nas escolas que definirão o quanto eles são também “feitos” pela escola. Nesse sentido, podemos acreditar que os jovens podem, em sua interação com a escola, pensar o futuro para além da desigualdade e da exclusão, não só para si, mas para todas as pessoas. Mas para que isso se estabeleça, é necessário que haja uma mudança no que tem sido até hoje a escola. Trata-se de conceber uma escola diferente, voltada para a juventude e comprometida com a realização plena dos educandos. No entanto, não podemos esquecer que enquanto perdurarem as desigualdades sociais, que persistem na sociedade brasileira, talvez seja a escola, se não o único, o mais importante instrumental capaz de contribuir para o desenvolvimento pleno desses indivíduos.

Há a necessidade de entender os processos escolares, potencializar aqueles que permanecem e dão continuidade aos estudos e contribuir para reforçar as possibilidades da escola, como um local importante de sociabilidade, que pode proporcionar experiências formadoras de ação coletiva e facilitar um espaço de troca. Trata-se de um equipamento social que compõe uma rede de serviços, principalmente para jovens de grupos populares, e deve integrar uma rede de suporte que, dentre outros bens sociais, amplie o sentido da educação para o jovem. Uma escola que tenha como proposição a formação humana plena, facilitando as situações educacionais mais práticas pela transmissão de saberes e conhecimentos úteis ao dia a dia dos jovens, uma escola que construa a articulação da educação com vivências para a atuação na sociedade, em um espaço que seja protegido, física e emocionalmente, para que todas as potencialidades dos jovens afluam e não feneçam. (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 212).

Entendemos que os jovens ouvidos nesta pesquisa desejam, de alguma forma, romper com a pobreza e precarização social que acompanham seus laços de referência. Ao articularem trabalho e escola como uma relação fecunda no sentido da mobilidade social, o fazem com base em suas peculiaridades, em suas biografias, as quais não permitem aos jovens sonharem ou projetarem o futuro tão distante da realidade presente. Por isso, pensar uma escola diferente é acreditar na possibilidade de a escolarização de Ensino Médio contribuir no sentido de contrapor-se a uma lógica de dominação que não só inibe o pensar diferente, mas que limita a possibilidade de pensar que o que o futuro possa ser diferente.

Considerações finais

A forte vinculação que os jovens pesquisados estabelecem entre escola e trabalho não decorre de uma sólida análise do quanto a escola pode contribuir para a inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma necessidade que está posta enquanto condição de sobrevivência e de um desejo de mudar a vida, não só a sua, mas, na maioria das vezes, de seus pais ou familiares. Como nos alertou Guimarães (2005), a centralidade do trabalho para a juventude em condições sociais mais precárias não se estabelece por uma questão de ordem ética. É antes de tudo a possibilidade de atender as demandas que o jovem tem.

Não é por acaso que, no processo de investigação, encontramos entre os jovens do curso diurno uma maior perspectiva de chegar até a universidade. Esses alunos, ainda que na sua condição da classe que vive do trabalho, têm uma condição social que os assegura um mínimo de moratória social e que lhes permite sonhar e construir estratégias de fazer um curso superior. A estes é permitido acreditar que sua vocação não é um trabalho precarizado, mas ser alguém na vida. E este “ser alguém” não é simplesmente ter um trabalho qualquer, ter uma profissão. É ser alguém que possa, por meio de seu trabalho, desfrutar de bens materiais e não materiais que muitos de seus familiares não tiveram acesso. Eles entendem que para isso ocorrer, o Ensino Médio não é o suficiente. Talvez em função disso cobrem que a escola seja muito mais do que tem sido ao proporcionar experiências que os ajudem a crescer e a ser mais do que são.

Para os jovens que consideram a escola não apenas como um espaço de certificação ou de passagem obrigatória para tender aos padrões estabelecidos de socialização, esperam que ela os ajude a tornarem-se melhor em todos os sentidos. Diante disto, cabe à escola compreender que “ser alguém na vida” tem relação direta com a capacidade de estruturar práticas visando concretizar seu projeto de vida, e este não se resume a ter uma profissão. Ele “é mais amplo, porque além da vida profissional, também é preciso problematizar outras dimensões da condição humana, como as escolhas afetivas, os projetos coletivos e as orientações subjetivas da vida individual” (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 377).

Nesse sentido, entendemos que a recente reforma do Ensino Médio se expressa como um retrocesso no que se refere a possibilitar a escola pública tornar-se mais significativa na vida dos jovens que a frequentam.

A fragmentação da estrutura curricular e o empobrecimento da formação pela imposição da escolha de um dos cinco itinerários formativos evidencia o descompromisso de tornar a formação das juventudes brasileiras mais complexa

e mais rica em relação a vivenciar experiências significativas na construção de suas identidades e de seus projetos de vida.

Contudo, em meio ao retrocesso que foi imposto ao EM, a reforma manteve a possibilidade de itinerários formativos integrados, os quais se não representam a saída, representam uma das possibilidades de construção de uma proposta de Ensino Médio que avance no sentido da garantia da formação integral dos estudantes das escolas públicas, confrontando-se à servidão ao mercado, a qual a reforma busca submeter a formação daqueles que vivem do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 2, p. 375-390, abr./jun. 2015.

BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. Juventude, Escola e Trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 211-234, jan./mar. 2016.

CARRANO, P.; FALCÃO, N. Os jovens e a escola de ensino médio: adiamento um encontro mediado com o mundo do trabalho. In.: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. (Org.). *Trabalho e educação de jovens e adultos*. Brasília: Líber Livro e Editora da UFF, 2011. p. 165-197.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexão em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, 2007.

FERRETTI, C. A Reforma da Educação Profissional: considerações sobre alguns temas que persistem. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 509-520, nov. 2007/fev. 2008.

FRIGOTTO, G. Educação Profissional e Capitalismo Dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007/fev. 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 76-99.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais – 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais - 2015: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2º trimestre de 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnad_201602_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

LEÃO, G.; NONATO, S. P. Políticas Públicas, Juventude e Desigualdades Sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 833-848, out./dez., 2012.

OLIVEIRA, R. de. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 15, n. 44, p. 247-266, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, R. de. *Empresariado industrial e educação brasileira: qualificar para competir*. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, A. L. G. *A implementação dos cursos técnicos do PRONATEC no campus Vitória de Santo Antão do IFPE*. 2016, 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016.

RAMOS, M. N. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. M. O trabalho para os jovens diplomados no novo modelo de acumulação capitalista. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 405-424, jul./dez. 2004.

SILVA, M. M. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, jan./mar. 2010.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

Texto recebido em 24 de maio de 2017.

Texto aprovado em 31 de outubro de 2017.

